

MULTIPLICIDADE DE OLHARES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA

Fabiana Wanderley¹

Mestra em Educação - UFPE

Professora FAFIRE

RESUMO

O cenário sócio-político e pedagógico brasileiro dos anos 80 foi influenciado por temas como: “exclusão” e “cidadania”. Células semânticas que passaram a compor a gramática discursiva desta década. Frente a esse panorama, centramos a nossa análise, na Política educacional do Estado de Pernambuco (1988-1991), que propunha resgatar a cidadania como uma de suas metas básicas, estendendo os seus raios de ação ao universo do portador de deficiência.

A história da Educação Especial no Brasil é demarcada pela presença e constituição de discursos diversos e práticas discursivas distintas (dentre eles destacam-se o discurso médico, o psicológico e o pedagógico). Podemos mergulhar nesta diversidade resgatando a evolução sócio-histórica dessas práticas discursivas sobre a criança portadora de necessidades especiais.

No século passado, com a criação de institutos especializados para deficientes mentais (D.Ms), as práticas discursivas receberam influência maciça de um modelo médico/psicologizante, impregnadas das concepções de invalidez, anormalidade e excepcionalidade. Com essa perspectiva se tinha início a concepção da Educação Especial como o espaço de aglutinação dos “diferentes” e desviantes da escola, e como consequência a negação da escolarização universal, justificada como decorrência natural de diferenças biológico-psicológicas. Dessa forma, a Educação Especial pode ser considerada, em muitos momentos, como uma modalidade pedagógica e de assistência à saúde². Junto com este tipo

¹ -Fabiana Wanderley é mestra em educação e professora universitária.

² -Isso porque também, desde o século passado, a partir das contribuições de Pinel e Willis, que a D.M é sugerida no campo profissional da medicina moral. Ela Passa a ser vista pelo “olhar Médico” e passível de tratamento, mediante intervenção comportamental, arranjo de condições ambientais ótimas para a ocorrência de comportamentos desejáveis. A deficiência mental (D.M) recebe a influência primeira desses teóricos da psiquiatria, apesar de também receber alguma influência de teóricos preocupados com sua pedagogização, a exemplo de Itard e Seguin

de prática pode-se supor que é introduzido, na escola, o discurso do médico. Na acepção de Donnangelo³, esse discurso é construído numa “complexa dinâmica econômica e política na qual se expressam interesses e o poder de diversas classes sociais”, e, posto a serviço da estruturação simbólica, extensiva a todo o sistema escolar das representações de saúde e de doença, delimitando os seus respectivos campos de manifestação. O aluno com necessidades especiais parece figurar como representante legítimo da “doença”, o qual precisa ter seu comportamento disciplinado através da instauração de um método e, para dizer melhor, de um discurso sobre a doença. Definindo melhor esse discurso nos assegura Maud Mannoni⁴ (1981:60):

“A ciência psiquiátrica acabou sem que o queira verdadeiramente, por fazer do ‘doente mental’ um cidadão sem direitos, entregue ao arbítrio do corpo médico. No contexto social de hoje, no momento em que qualquer pessoa é diagnosticada como doente mental, vê-se privada de todo valor social e não é mais tratada senão em termos de poder (de violência). Não há, por assim dizer, qualquer base a que se apegar diante do poder quase absoluto do médico.”

No Brasil destacamos, como um dos grandes arautos e expoentes desse discurso médico/psicologizante, o movimento dos higienistas, nas primeiras décadas do séc. XX. Esse movimento marcou presença na constituição do modelo de assistência à saúde e a educação escolar, instrumentalizando-os a serviço da legitimação do Estado Nacional emergente e das forças políticas as quais ele representava.

A proposta básica dos higienistas era estabelecer a “ordem sanitária”, médica e moral que abrangesse todo o espaço social, e com isso, ela contribuía para dar suporte ideológico à normatização estatal da sociedade, principalmente, no que se refere ao comportamento individual, à saúde física e a organização social, subordinado-os à ordem econômica e a política, fundamentada progressivamente em relações capitalistas de produção e no incremento da urbanização e da industrialização do país. Dessa forma, sua ação atingia aqueles que se situavam à margem da sociedade e que precisavam ser

(influenciados por Rosseau, Locke e Condillac). Assim, no século XIX a Educação Especial sofre uma bifurcação que poderia ter migrado para um viés mais pedagogizador, no entanto, atrelou-se a um viés medicalizante/psicologizante.

³ -DONNANGELO, M.C & PEREIRA, L. *Saúde e Sociedade*. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

⁴ -MANNONI, Maud. *O psiquiatra, seu “louco”, e a Psicanálise*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

submetidos a programas educacionais que os habilitassem a ascender à condição de trabalhadores úteis.

A partir dos higienistas, várias mudanças eclodem nas escolas, coadunadas com o seu ideal e que atinge, inclusive, os portadores de deficiência e a estruturação de sua educação escolar. A exemplo disso, temos no Estado de Pernambuco a figura de Ulisses Pernambucano, médico que propõe, de forma pioneira, um estreitamento das relações entre comunidade-escola-família, criando então o serviço de visitantes escolares (precursores na função de assistentes sociais). Além disso, ele cria também a primeira escola para excepcionais no Brasil, cuja finalidade era a experimentação de inovações pedagógicas e a aplicação de técnicas provenientes da psicologia científica emergente, isto é, uma psicologia que fazia apologia da mensuração das diferenças individuais através de testes de QI (quociente de inteligência). Face a esse contexto, a deficiência não era mais detectada a “olho nu” e tirada da comunidade (como ocorria no caso da clientela dos Institutos), mas a própria escola começava a se encarregar pelo diagnóstico, e triagem do alunado.

De forma sintética, podemos dizer, então, que a criação dos serviços de higiene escolar e a inserção da Psicologia, como instrumento fundamental para a elaboração de processos pedagógicos compatíveis com as “potencialidades individuais”, revelam a preocupação da Medicina com a saúde escolar. No entanto, isso refletia, no âmbito da educação especial nascente, que a “(...) educação do povo deveria ser colocada sob o signo neutro da ciência, alcançando-se as dimensões universais” (Monarcha, 1989, p.55), à medida que pregava a separação do “bom escolar”, daqueles que possuíam anormalidades intelectuais, morais e pedagógicas.

Tomando como referência as conceituações foucaultianas podemos dizer que o uso de testes psicométricos e de avaliação do “bom escolar” serviram como combinação das técnicas de hierarquia que “vigia” e as da “sanção que normaliza”, estabelecendo sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. Nesse processo, forja-se um corpo social “homogêneo” pelo ajustamento/adestramento dos desvios e a produção da realidade pela fabricação da individualidade como fixação aposta sobre as singularidades de cada um, o que torna cada indivíduo, na acepção de Foucault⁵

⁵-FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

(1989:170): “um caso que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído, etc.” Assim, como nos mostra Ceccim⁶ (1997:25):

“Exclui-se a alteridade para não acolher a diferença em nós que esse encontro produz - chamamos do Outro de diferente, assim, somos normais. Para continuarmos normais não podemos abrir contatos que engendrem estados inéditos, novidade ou transmutações em nossa envergadura moral.”

A partir de 70 a Educação Especial começa a transitar na esfera da saúde e da educação e o portador de deficiência passa a ser alvo de ações curativas por parte da saúde, como também de políticas educacionais, principalmente, na redefinição dos objetivos de uma nova institucionalidade política, que recolocava as relações entre Estado e demanda social.

Nos anos 80 acontecerá uma mudança significativa: o deficiente começa a ser visto e percebido por um outro olhar - o pedagógico (apesar de encontrarmos as marcas do discurso médico do século passado e primeira metade deste século). Assim, a tônica central da década de 80 será a redefinição das modalidades de serviços prestados a portadores de deficiência e outros “desviantes”. A partir dessa década, cada vez mais a Educação Especial se torna modalidade pedagógica, definida de acordo com diretrizes de políticas educacionais e afastando-se assim da tradição médica. É exatamente porque a “deficiência” sai do âmbito estritamente médico-higienista que ela vai poder ser anexada ao terreno discursivo da Pedagogia. Uma vez “pedagogizada” a deficiência mental entra no domínio da Política (Cidadania) porque Educação e Política são quase termos indistintos no imaginário pedagógico dos anos 80.

No Estado de Pernambuco esta mudança também se instala à medida que o próprio técnico em Educação Especial passa a condensar e aglutinar, além da função médico-pedagógica, uma função também humanitária na qual ela era atribuída, quase exclusivamente, a conquista, a participação, a inserção social e a própria cidadania dos portadores de deficiência. As associações e entidades representativas, no contexto dos anos 80, também tiveram papel preponderante na busca de um debate nacional a respeito das

⁶ -CECCIM, Ricardo Burg. *Exclusão e alteridade: de uma nota de imprensa a uma nota sobre deficiência mental*. In: Educação & Exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial -org. de Carlos Skliar. Porto Alegre: Mediação, 1997.

questões intra e extra escolares dos deficientes, acarretando uma ascensão dos serviços da educação especial a um patamar de melhor qualidade.

Na década de 90, o discurso que se insurge no cenário educacional brasileiro aponta caminhos que nos indicam que a criança, com necessidades especiais, está muito mais voltada para uma intervenção eminentemente pedagógica. Nesse sentido, abre-se espaço para que a pedagogia dê conta do caráter interdisciplinar dos problemas da Educação Especial, e crie novas metodologias, propostas e diretrizes. Nessa direção destaca-se a proposta da “escola inclusiva”, a qual tenta dar conta dos diversos matizes, configurações e nuances de um sistema escolar a partir da diversidade social na qual estamos mergulhados. Podemos acreditar que o olhar “pedagógico” permite a presença de interlocutores distintos que passam a instigar, tensionar e inaugurar o discurso da “diferença”. E aqui podemos indagar se foi introduzida uma nova fase de observação e de respeito às subjetividades dos portadores de deficiência? Podemos falar de uma ruptura efetiva do caráter de repúdio e exclusão promovidos pelo olhar médico/psicológico das primeiras décadas deste século?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- DONNANGELO, M.C & PEREIRA, L. *Saúde e Sociedade*. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 8ª ed. Rio de Janeiro: edições Graal, 1989.
- MANNONI, Maud. *O psiquiatra, seu “louco”, e a Psicanálise*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- MONARCHA, Carlos. *A Reinvenção da Cidade e da Multidão*. “Dimensões da Modernidade Brasileira: a escola nova. São Paulo: Ed. Cortez/Autores Associados, 1989, Coleção Educação Contemporânea, (Série “Memórias da Educação”).
- MOREIRA, Fabiana Wanderley de Souza. *Expressões e Silêncios do Discurso Cidadania-Deficiência Mental - Uma abordagem histórico-discursiva do Plano Estadual de Educação PE/ 1988-1991*. Dissertação de Mestrado. UFPE, Recife, 1997.
- SKLIAR, Carlos (org.). *Exclusão e Alteridade: de uma nota de imprensa à uma nota sobre deficiência mental*. “Educação & Exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial”. Porto Alegre: Mediação, 1997.